

Coleção
Edital Sistematizado

Baseado na metodologia
Questão ^{sem} primeiro

Leonardo Garcia
Roberval Rocha

Ighor Fernando Rocha Galvão
Coordenação e pesquisa de jurisprudência

Caderno de Treino

TRIBUNAL DE CONTAS
AUDITOR E ANALISTA

Edital Sistematizado com Questões e Jurisprudência

2022

ADMINISTRAÇÃO GERAL



1. CLIMA E CULTURA ORGANIZACIONAL

QUESTÕES OBJETIVAS

1. (Cespe/TCE/PA/Auditor/2016) Os valores sociais considerados importantes para os integrantes de uma organização constituem valores compartilhados que compõem uma cultura organizacional.
2. (Cespe/TCE/PA/Auditor/2016) Em razão de se fundamentar em crenças arraigadas, atitudes, valores e pressupostos básicos – embora seja observada em artefatos, símbolos, linguagens e normas –, a cultura organizacional não está sujeita à mudança deliberada.
3. (Cespe/TCE/SC/Auditor/2016) O processo de planejamento estratégico de uma organização é complexo e, geralmente, estático, pois as variáveis balizadoras da estratégia, após serem definidas, devem permanecer inalteradas, a fim de evitar que a cultura organizacional se torne caótica.
4. (Cespe/TCE/SC/Auditor/2016) Os líderes formais são responsáveis pela criação de uma cultura organizacional sem influência de outros agentes internos ou externos à organização, razão por que as relações entre os estilos de liderança e a cultura de determinada organização já fornecem descobertas-chave a respeito do seu modo de atuação.

2. COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL

QUESTÕES DISCURSIVAS

1. (Cespe/TCE/PR/Analista/Administração/2017) A comunicação organizacional refere-se ao intercâmbio da informação entre os servidores de uma organização. Embora o processo de comunicação organizacional esteja sujeito a eventuais contratemplos, é fundamental que ele seja estabelecido de modo a contribuir para que a organização alcance seus objetivos. Para tanto, é necessário que o administrador tenha conhecimentos a respeito desse processo. Considerando que o texto acima tem caráter unicamente motivador, redija, de maneira sucinta, um texto dissertativo a

respeito do processo de comunicação organizacional, abordando os canais formais e informais de comunicação. Ao elaborar seu texto, faça o que se pede a seguir: (1) Defina canais de comunicação. (2) Enumere os tipos de canais formais. (3) Descreva cada tipo de canal formal. (4) Defina canais informais de comunicação.

QUESTÕES OBJETIVAS

5. (Cespe/TCE/PR/Analista/2016) Assinale a opção correta, acerca de motivação e liderança, comunicação, descentralização e delegação.
 - a) Em ambientes organizacionais, delegar limita-se a repassar responsabilidades a empregado hierarquicamente subordinado.
 - b) Energização e estímulo da liderança são aspectos determinantes e suficientes para que os subordinados fiquem motivados para o alcance dos resultados organizacionais.
 - c) Comunicações referentes à solução de problemas intradepartamentais e de coordenação interdepartamental são caracterizadas como comunicações verticais.
 - d) Volume excessivo de informações nos canais de comunicação acarreta sobrecarga, o que pode ocasionar omissão e distorção no processo de comunicação.
 - e) A realização de metas é aspecto de menor importância no exercício da liderança; a comunicação e as relações interpessoais são preponderantes.
6. (Cespe/TCE/PA/Auditor/2016) Excesso de mensagens, linguagem inadequada utilizada pelo emissor, desatenção e falta de preparo do receptor são exemplos de ruídos e interferências na comunicação, que podem comprometer a interpretação adequada de uma mensagem pelo seu receptor.

7. (Cespe/TCE/PA/Auditor/2016) Nos ambientes organizacionais, a comunicação é realizada de maneira padronizada e, por isso, a abordagem para alcançar determinado objetivo será sempre uniforme.

8. (Cespe/TCE/PA/Auditor/2016) Os emittentes das comunicações organizacionais devem zelar pela coerência entre o discurso e a prática, porque a forma mais persuasiva de se comunicar está nas atitudes apresentadas.

3. CONTROLE ORGANIZACIONAL

QUESTÕES OBJETIVAS

9. (Cespe/MPC/PA/Analista/2019) Assinale a opção que apresenta a(s) característica(s) do controle – uma das quatro funções do processo administrativo – que enfatiza(m) o desenvolvimento, a mudança e a melhoria, de modo a impulsionar a iniciativa das pessoas e reduzir a aplicação de penalidades.

- flexibilidade.
- clareza e objetividade.
- orientação rápida para as exceções.
- compreensão.
- natureza positiva.

10. (Cespe/MPC/PA/Analista/2019) Em um processo judicial de uma empresa automobilística, constam documentos relativos a controles dos estoques existentes e controles dos lucros e das perdas do exercício encerrado. Os referidos controles, respectivamente, consistem em controles

- estratégicos e táticos.
- estratégicos e operacionais.
- operacionais e estratégicos.
- operacionais e táticos.
- táticos e operacionais.

11. (Cespe/TCE/PE/Analista/2017) O processo de administração estratégica é estruturado, de forma geral, com as seguintes etapas: diagnóstico da situação atual da organização, análise do ambiente interno e externo, formulação de objetivos e estratégias, implementação, avaliação e controle dos resultados, controle esse que realimenta o processo.

12. (Cespe/TCE/PA/Auditor/2016) A rigidez é um aspecto que deve ser observado em um sistema eficaz de controle para se evitar um julgamento individual que promova modificações quanto ao que está definido.

13. (Cespe/TCE/PA/Auditor/2016) A orientação estratégica para resultados é uma característica de controle que visa proporcionar confiabilidade, boa comunicação e participação dos envolvidos.

14. (Cespe/TCE/PA/Auditor/2016) Controles orçamentários realizados nos níveis intermediários da organização para monitorar e controlar as despesas de várias unidades no decorrer de um exercício anual são considerados controles táticos.

15. (Cespe/TCE/PA/Auditor/2016) O controle do tipo feedback baseia-se nas seguintes quatro etapas: estabelecimento de padrões de desempenho; mensuração do desempenho; comparação do desempenho com os padrões estabelecidos; e elaboração da informação acerca dos desvios ou da distância entre o desempenho medido e os padrões estabelecidos.

16. (Cespe/TCE/RN/Auditor/2015) A matriz SWOT, como ferramenta de análise do macroambiente da organização, visa o reconhecimento de oportunidades e ameaças pelas quais as organizações têm pouca ou nenhuma capacidade de intervenção.

4. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

QUESTÕES DISCURSIVAS

2. (Cetap/MPCM/PA/Analista/2015) As organizações são diferentes entre si, e normalmente, suas estruturas organizacionais são específicas para cada organização, apresentando similaridades que permitem agrupá-las em modelos. Para a maioria dos autores, há duas categorias ou modelos principais básicos de estruturas organizacionais e de variáveis situacionais que os influenciam. Nesse sentido, explique quais os modelos básicos e as características principais de cada um.

QUESTÕES OBJETIVAS

17. (Cespe/TCE/RO/Auditor/2019) A abordagem indicada para circunstâncias estáveis, de poucas mudanças e que requeiram desempenho continuado de tarefas rotineiras é denominada de departamentalização por

- produtos.
- clientela.
- processos.
- projetos.
- funções.

18. (Cespe/TCE/RO/Auditor/2019) Um dos principais elementos da estrutura de uma organização é a cadeia de comando. Nesse sentido, uma cadeia de comando organizacional caracteriza

- o direito formal e legítimo de um gestor tomar decisões, ditar ordens e alocar recursos para alcançar os resultados desejados pela organização.
- o dever de um empregado em desempenhar uma tarefa ou atividade que lhe foi atribuída.
- uma linha ininterrupta de autoridade que liga todos os indivíduos na organização e especifica quem se reporta a quem.
- o ato a que as pessoas com autoridade e responsabilidade estão sujeitas ao se reportarem e justificarem os resultados das tarefas àqueles acima delas.
- o processo que os gestores usam para transferir a autoridade e a responsabilidade para as posições abaixo deles na hierarquia.

19. (Cespe/MPC/PA/Analista/2019) Um órgão público necessita atender seus clientes de maneira que os departamentos possam prestar informações e se responsabilizar pela execução integral dos serviços prestados, mediados por um sistema de gestão eficaz. Nessa situação, a modalidade de desenho departamental que atende a essa necessidade é a

- funcional.
- em rede.
- híbrida.
- divisional.
- matricial.

20. (Cespe/TCE/MG/Analista/2018) A estrutura organizacional de uma entidade pública que comporta departamentos de gestão de pessoas, gestão financeira, gestão orçamentária, comunicação institucional e manutenção predial é um exemplo de departamentalização

- territorial.
- por produto.
- por competências.
- funcional.
- por cliente.

21. (Cespe/TCE/PE/Analista/2017) Ao elaborar uma estrutura organizacional, é fundamental que o gestor tenha em mente o “trade off” existente entre os ganhos de produtividade da especialização e as perdas de produtividade causadas pelas deseconomias humanas e pelos efeitos alienadores da divisão do trabalho.

22. (Cespe/TCE/PE/Analista/2017) A estrutura organizacional, que é um meio para o alcance dos objetivos, está relacionada com a estratégia da organização, de tal forma que mudanças na estratégia precedem e promovem mudanças na estrutura.

23. (Cespe/TCE/PA/Auditor/2016) Uma estrutura organizacional retrata o formato da divisão e coordenação das atividades dos membros da organização, podendo incluir linhas de autoridade, níveis hierárquicos e amplitude de controle administrativo.

24. (Cespe/TCE/SC/Auditor/2016) Em uma situação de equilíbrio organizacional, a organização caracteriza-se como um sistema ao qual seus participantes concedem contribuições enquanto recebem incentivos proporcionais aos seus esforços de contribuição.

25. (Cespe/TCE/SC/Auditor/2016) Caso decida departamentalizar sua organização para aumentar a cooperação interdepartamental e diminuir os níveis de especificidade do trabalho, o gestor deverá adotar, primordialmente, a departamentalização funcional, na qual cada departamento corresponde a uma função principal.

26. (Cespe/TCE/SC/Auditor/2016) Segundo a teoria contingencial, não há modelo organizacional exclusivo nem modelo melhor que outro porque as organizações são sistemas abertos que necessitam de cuidados, de administração e tratamento adequados ao tipo de atividade que desempenhem e ao ambiente em que se encontrem.

27. (Cespe/TCE/PR/Analista/2016) Assinale a opção correta, a respeito de organização informal, de cultura organizacional e das características, vantagens e desvantagens da departamentalização.

- No caso da departamentalização com abordagem de equipes, as pessoas ou órgãos são agrupados em departamentos considerando-se habilidades e competências similares e atividades comuns de trabalho.
- As vantagens da departamentalização na abordagem divisional incluem o uso eficiente de recursos, a forte especialização de atividades e a boa solução de problemas técnicos.
- As desvantagens da departamentalização na abordagem funcional incluem resposta lenta às mudanças externas, responsabilidade parcial por problemas e visão limitada dos objetivos organizacionais.
- Comportamentos característicos da organização informal devem ser eliminados para que a gestão administrativa não sofra interferências imprevisíveis.
- Percepções e sentimentos relevantes dos membros de uma organização são considerados valores compartilhados na cultura organizacional.

28. (Cespe/TCE/PR/Auditor/2016) A respeito da análise dos ambientes interno e externo das organizações, que leva a diferentes desenhos organizacionais, assinale a opção correta.

- Para a produção em massa ou mecanizada, o desenho organizacional deve apresentar poucos níveis hierárquicos.
- Na prestação de serviços e na manufatura, a tecnologia exerce pequena influência na estrutura organizacional.
- No estágio de maturidade de uma empresa, a estrutura organizacional mais apropriada é a burocrática.
- Os empregados de uma organização devem servir como ferramenta operacional para a estrutura organizacional.
- Em ambientes compostos por elementos estáveis, a organização deve adotar desenhos orgânicos.

29. (Cespe/TCE/PA/Auditor/2016) Uma vantagem da estrutura organizacional com base em produtos ou serviços é garantir o emprego do profissional que é especializado em uma única linha de produtos ou serviços em período de crise.

5. GESTÃO ORGANIZACIONAL

5.1. Gestão da Qualidade

QUESTÕES DISCURSIVAS

3. (Cespe/TCE/PR/Analista/Administração/2017) A ISO 9000 é um conjunto de normas e diretrizes internacionais de gestão da qualidade que, desde a sua publicação inicial, em 1987, vem ganhando reputação mundial como instrumento orientador do estabelecimento de sistemas de gestão da qualidade. As normas ISO atuais têm sido amplamente utilizadas, o que resultou na certificação de cerca de 300.000 organizações em todo o mundo. Considerando que o fragmento de texto acima tem caráter unicamente motivador, redija, de maneira sucinta, um texto a respeito da ISO 9000. Em seu texto, faça o que se pede a seguir: (1) Cite e descreva duas vantagens da certificação ISO 9000 para as empresas. (2) Cite e descreva dois princípios da gestão da qualidade que fundamentam as normas da série ISO 9000. (3) Cite e descreva duas normas da série ISO 9000.

QUESTÕES OBJETIVAS

30. (Cespe/TCE/RO/Auditor/2019) Assinale a opção que indica o fundamento da gestão para a excelência como o compromisso das organizações em responder pelos impactos de suas decisões e atividades, na sociedade e no meio ambiente, e de contribuir para a melhoria das condições de vida para as gerações atuais e as futuras, por meio de um comportamento ético e transparente.

- pensamento sistêmico
- aprendizado organizacional e inovação
- liderança transformadora
- compromisso com as partes interessadas
- desenvolvimento sustentável

31. (Cespe/MPC/PA/Analista/2019) Na gestão da qualidade, é possível alcançar o nível de excelência, que se refere

- à superação das especificações predeterminadas.
- ao atendimento às expectativas do cliente.
- à ausência de deficiências ou falhas.
- ao atendimento às especificações.
- ao melhor que a organização é capaz de fazer.

32. (Cespe/TCE/RO/Auditor/2019) Assinale a opção que apresenta autores considerados principais teóricos da gestão da qualidade.

- Peter Drucker e Armand Feigenbaum
- Jim Collins e Peter Drucker
- Joseph Juran e Michael Porter
- Daniel Goleman e Henry Fayol
- Joseph Juran e Armand Feigenbaum

33. (Cespe/MPC/PA/Analista/2019) As ferramentas para a gestão da qualidade incluem aquela voltada a promover a qualidade na integralidade da estrutura organizacional e de sua rede de fornecedores e clientes, que é denominada

- controle estatístico por amostragem.
- controle de qualidade aleatório.

- c) six-sigma.
- d) qualidade total.
- e) diagrama de Ishikawa.

34. (Cespe/TCE/MG/Analista/2018) Um órgão de controle federal, ao ter finalizado uma auditoria, recomendou que a organização pública auditada adotasse medidas para aprimorar seu controle financeiro, a fim de mensurar a percepção da qualidade do serviço prestado e elevar a eficiência de seus processos. A ferramenta gerencial adequada para atender às três recomendações apresentadas à organização auditada é

- a) o balanced scorecard.
- b) o planejamento estratégico.
- c) o planejamento tático.
- d) a matriz SWOT.
- e) o planejamento operacional.

35. (Cespe/TCE/MG/Analista/2018) Ao buscar a melhoria na prestação de serviços, pode-se estabelecer como meta o nível máximo de qualidade considerando-se os limites da própria capacidade organizacional, o que corresponde ao conceito de

- a) qualidade planejada.
- b) qualidade total.
- c) maximização qualitativa.
- d) excelência.
- e) qualidade de conformidade.

36. (Cespe/TCE/PA/Auditor/2016) As cartas de controle, instituídas na gestão da qualidade, destacam-se entre as principais contribuições de Juran e são utilizadas para mostrar a variação de um processo em determinado período.

37. (Cespe/TCE/PA/Auditor/2016) Uma das principais ideias e contribuições para a gestão da qualidade é a criação dos departamentos de controle da qualidade com a atribuição principal de preparar e ajudar a administração do programa de qualidade.

38. (Cespe/TCE/PA/Auditor/2016) No processo de garantia da qualidade total, é necessário que a auditoria dos sistemas de qualidade englobe, além do processo produtivo da própria organização, os seus fornecedores de materiais.

39. (Cespe/TCE/PA/Auditor/2016) Promover a competitividade e a sustentabilidade e estimular o aprendizado organizacional são benefícios do modelo de excelência em gestão adotado pela Fundação Nacional de Qualidade que podem ser aplicados a qualquer tipo de organização.

40. (Cespe/TCE/PA/Auditor/2016) A implementação de um departamento de qualidade tem como objetivo básico a ênfase na correção de defeitos.

41. (Cespe/TCE/PA/Auditor/2016) A adoção de um programa de gestão da qualidade e a obtenção de uma certificação ISO 9000 são fatores que motivam as iniciativas de gerenciamento de processos de negócio.

42. (Cespe/TCE/PA/Auditor/2016) A certificação de determinado processo, consoante a norma ISO 9000:2000, confere a uma empresa grande credibilidade junto à sociedade, visto que, além de assegurar padrões, a norma valida a qualidade do aludido processo.

43. (Cespe/TCE/SC/Auditor/2016) Para controlar a qualidade dos seus processos de serviços, uma organização pode utilizar o controle estatístico de processos, pelo qual se evidenciam desvios ou tendências a desvios de processos.

44. (Cespe/TCE/PA/Auditor/2016) Considerando-se os modelos instrumental, estratégico e político, é correto afirmar que a efetividade das políticas e práticas da área depende da qualidade técnica dos processos e das atividades de gestão de pessoas e do seu ajustamento às características estratégicas, estruturais e culturais; da força de trabalho; e da articulação da unidade com atores e grupos de influência internos e externos às organizações.

5.2. Gestão de Pessoas

ATENÇÃO: ESTE TEMA É MUITO EXIGIDO NOS CONCURSOS!

QUESTÕES DISCURSIVAS

4. (Cespe/TCE/RO/Auditor/2019) Carreira não é mais sinônimo de cargo, no qual o indivíduo permanecia por toda sua trajetória profissional conduzido pela organização. Todavia, as empresas têm importante papel no desenvolvimento de seus profissionais e não podem abrir mão disso caso queiram reter os melhores talentos. (Joel Dutra. Gestão de carreiras. GV Executivo, v. 7, nº 1, p. 56-61, 2008, com adaptações). Considerando que o fragmento de texto apresentado tem caráter unicamente motivador, redija um texto acerca de trajetórias de carreiras e de como as organizações devem gerenciá-las. Em seu texto: (1) disserte acerca das três trajetórias de carreiras nas organizações: operacional, técnica e gerencial; (2) disserte a respeito das seguintes ações de gestão de carreiras a serem adotadas nas organizações: estabilidade de carreiras, suporte à gestão de carreiras e gestão de transições de carreiras.

QUESTÕES OBJETIVAS

45. (Cespe/TCE/RO/Auditor/2019) A Escola Comportamental ficou conhecida como aquela mais orientada às pessoas. Os precursores dessa escola usaram conhecimentos diversificados para compreender e administrar com mais eficácia as pessoas dentro das organizações. Com referência a essa abordagem, é correto afirmar que o movimento das relações humanas

- a) mostrava que a eficácia da produtividade dependia da qualificação, ao postular que pessoas mais especializadas eram mais eficientes no trabalho.
- b) afirmava que a remuneração pelo trabalho deveria ser justa para o empregado e para o empregador.
- c) enfatizava que a alta rotatividade de pessoas prejudicava o funcionamento eficiente nas organizações.
- d) defendia que os fatores sociais e psicológicos poderiam criar relações humanas eficazes nas organizações.
- e) postulava que a promoção do espírito de equipe daria um sentido de unidade para as pessoas nas organizações.

46. (Cespe/TCE/MG/Analista/2018) Assinale a opção que indica o modelo que, no âmbito da gestão de pessoas, reconhece motivação profissional nos fatores salário, metas, satisfação pessoal e qualidade de vida.

- a) modelo de banco de horas.
- b) modelo de plano de carreiras.
- c) modelo do homem complexo.
- d) modelo de gestão baseada em competências.
- e) modelo do “homo economicus”.

47. (Cespe/TCE/PE/Analista/2017) Os conceitos de poder e autoridade nas organizações são sempre coincidentes, uma vez que quem possui poder possui autoridade e quem tem autoridade tem poder.

48. (Cespe/TCE/PA/Auditor/2016) Segundo a análise SWOT de um órgão público, a identificação de servidores altamente qualificados em seu quadro de pessoal consiste em uma estratégia para influenciar positivamente o alcance de resultados.

49. (Cespe/TCE/PR/Analista/2016) No que diz respeito aos objetivos, aos desafios e às características da gestão de pessoas, assinale a opção correta.

- a) A adoção do conceito de estratégia incentiva a centralização das ações de implementação das políticas e práticas de pessoal nos próprios setores de gestão de pessoas.
- b) Práticas de gestão alheias às orientações estratégicas das organizações tendem a contribuir pouco para o desempenho das empresas e o bem-estar de seus profissionais.
- c) O principal objetivo de setores estratégicos de gestão de pessoas é integrar os interesses conflitantes dos grupos que operam na organização, favorecendo a implementação dos planos e projetos da área.
- d) As características do ambiente e do contexto de cada organização resultam em interações particulares entre as dimensões instrumental, política e estratégica de recursos humanos.
- e) Aspectos políticos devem ser desconsiderados pelos setores de gestão de pessoas na medida em que restringem as possibilidades de sucesso dos planos e projetos da área.

50. (Cespe/TCE/PA/Auditor/2016) Para redirecionar estrategicamente as suas ações, a empresa deve viabilizar uma atuação conjunta entre gestão de pessoas e pesquisa, com o objetivo de definir, com maior precisão, o perfil dos profissionais para o desenvolvimento das ações pretendidas.

51. (Cespe/TCE/PA/Auditor/2016) Por destinar-se à capacitação do quadro profissional da empresa, a educação corporativa é definida em projeto específico e não está incluída entre as metas do planejamento estratégico de uma instituição.

52. (Cespe/TCE/PA/Auditor/2016) A gestão estratégica de pessoas deve servir aos objetivos do negócio da organização por meio do planejamento, da organização, da coordenação e do controle de técnicas capazes de promover o desempenho eficiente das pessoas.

53. (Cespe/TCE/PA/Auditor/2016) O impacto das ações do líder sobre os indivíduos e o compromisso permanente e duradouro com a mudança pessoal devem ser considerados para a sustentabilidade da liderança e para a motivação das pessoas.

54. (Cespe/TCE/PA/Auditor/2016) Ao longo do processo de desenvolvimento, as lideranças devem eliminar os conflitos entre os membros das equipes, pois eles prejudicam a coesão e a identificação necessárias ao alcance dos níveis de produtividade exigidos.

55. (Cespe/TCE/PA/Auditor/2016) Uma unidade de gestão de pessoas que articula internamente suas iniciativas de trabalho alinhando-as aos planos institucionais, objetivos e características das lideranças organizacionais e da força de trabalho é considerada uma área estratégica para a organização.

56. (Cespe/TCE/PA/Auditor/2016) Dar tratamento com benevolência e justiça às pessoas, sem dispensar a energia e o rigor necessários, é uma tendência difundida desde a escola clássica de Fayol.

57. (Cespe/TCE/PA/Auditor/2016) Conforme a teoria da hierarquia das necessidades, os indivíduos se motivam para alcançar a sua realização pessoal imediatamente após suas necessidades sociais, como amizade, relacionamentos e trabalho em equipe, terem sido satisfeitas.

58. (Cespe/TCE/PA/Auditor/2016) A teoria das relações humanas foi pioneira ao considerar, na administração das organizações, a importância da integração social dos empregados, a importância do conteúdo do cargo para os trabalhadores e a atenção a formas de recompensas não materiais.

59. (Cespe/TCE/PA/Auditor/2016) No contexto das relações de trabalho, uma das contribuições da escola das relações humanas é a constatação do efeito positivo decorrente do investimento da administração no desempenho humano.

60. (Cespe/TCE/PR/Analista/2016) Considerando o fato de que o sistema de gestão de pessoas de uma organização é composto por uma série de práticas alinhadas entre si, de modo que algumas proveem insumos a outras, cujos resultados tornam possíveis retroalimentações com vistas ao contínuo aperfeiçoamento do sistema, assinale a opção correta a respeito da interdependência entre os diversos subsistemas de gestão de pessoas.

- a) Gratificações, bonificações e premiações exemplificam alternativas de reconhecimento que os setores de gestão de pessoas, na tentativa de reforçar o bom desempenho, devem associar diretamente aos resultados das avaliações individuais.
- b) Para serem aproveitados no planejamento de ações de capacitação, os descritores dos diagnósticos de competências devem ser claros e mensuráveis, além de representarem para os indivíduos desafios laborais passíveis de satisfação por meio da aprendizagem formal e informal no trabalho.
- c) Resultados de seleções públicas são determinantes no planejamento de ações de capacitação e desenvolvimento porque revelam discrepâncias entre as competências exigidas para o preenchimento dos cargos efetivos e os conhecimentos, as habilidades e as atitudes expressos pelos candidatos quando da realização das provas pertinentes.
- d) Diagnósticos de competências não substituem as práticas de levantamento de necessidades de treinamento, pois, enquanto com aqueles se avalia a capacidade cognitiva e afetiva de um indivíduo no desempenho de suas tarefas, com estas se mensura o domínio do indivíduo sobre os conteúdos dessas tarefas.
- e) Os resultados das avaliações de reação e de aprendizagem das ações de capacitação e desenvolvimento constituem evidências de superação das falhas reveladas nos processos precedentes de diagnóstico de competências individuais.

61. (Cespe/TCE/PA/Auditor/2016) O incentivo ao desenvolvimento profissional, a qualidade e a frequência do feedback e a reflexão conjunta a respeito dos desempenhos ilustram aspectos do comportamento das lideranças que podem influenciar a motivação dos funcionários.

62. (Cespe/TCE/PA/Auditor/2016) O líder que apresenta o poder de referência é aquele que influencia uma equipe pelo respeito por seus conhecimentos, além de apresentar habilidades relacionadas às atividades desempenhadas pela sua equipe.

63. (Cespe/TCE/PA/Auditor/2016) No âmbito do processo de motivação, a teoria do reforço estabelece que as estratégias de extinção e punição contribuem para que a vontade de repetir o comportamento seja reduzida.

64. (Cespe/TCE/PA/Auditor/2016) A área de RH passará a estratégica, se delimitar seu campo de atuação aos processos e funções clássicas do RH.

65. (Cespe/TCE/PA/Auditor/2016) O RH assume o papel de agente de mudanças ao auxiliar a organização a identificar seus pontos fortes e fracos e propor ações que possibilitem o sucesso do processo de mudança.

66. (Cespe/TCE/PA/Auditor/2016) Em uma análise SWOT, a identificação de servidores desqualificados para o exercício das suas atribuições caracteriza uma ameaça, porque o despreparo funcional pode influenciar negativamente o desempenho almejado.

67. (Cespe/TCE/PA/Auditor/2016) Sendo uma ação autorregulada e persistente, dirigida a determinados objetivos e ativada por necessidades intrínsecas, a motivação tende a ser pouco influenciada por iniciativas organizacionais e gerenciais de remuneração e valorização.

5.3. Gestão de Processos

ATENÇÃO: ESTE TEMA É MUITO EXIGIDO NOS CONCURSOS!

QUESTÕES OBJETIVAS

68. (Cespe/TCE/RO/Auditor/2019) São avaliações formativas as que se concentram na análise da execução de projetos, à medida que eles são implementados; são avaliações sumativas as que reportam o que ocorreu no final de um ciclo programático. Nesse sentido, as avaliações formativas e as sumativas têm foco analítico primário, respectivamente, em questões relacionadas com

- atividades e custos.
- processos e resultados.
- insumos e impactos.
- beneficiários e instituições.
- métodos e contextos avaliativos.

69. (Cespe/TCE/RO/Auditor/2019) Gestão de processos pode ser definida como

- capacidade de gerenciar, descobrir, mapear, classificar, captar, distribuir, criar, multiplicar e reter dentro de uma organização conhecimento com eficiência, eficácia e efetividade.
- sistema de administração empresarial que utiliza práticas e métodos administrativos para reduzir ao máximo o impacto ambiental das atividades econômicas nos recursos da natureza.
- forma de identificar, avaliar, administrar e controlar os riscos em uma organização.
- gerenciamento de negócios com abordagem disciplinar para identificar, desenhar, executar, documentar, medir, monitorar, controlar e melhorar processos de negócio, automatizados ou não, para alcançar resultados consistentes e alinhados com os objetivos estratégicos da organização.
- associação de habilidades e métodos, políticas, técnicas e práticas definidas, com o objetivo de administrar os comportamentos internos e potencializar o capital humano nas organizações.

70. (Cespe/TCE/RO/Auditor/2019) Uma das ferramentas de gestão da qualidade é o PDCA, que, no inglês, significa: P de Plan (Planejar), D de Do (Executar), C de Check (Checar) e A de Act (Agir). A ação Check (Checar) corresponde à fase

- em que se toma a decisão de fazer o que foi proposto no planejamento estratégico.
- em que se definem as metas e os objetivos do planejamento estratégico.
- em que se verifica o que deu certo ou errado, para corrigir ou modificar os objetivos traçados anteriormente.
- em que se planejam os resultados a serem atingidos em determinado período na organização
- em que se busca agir na correção dos pontos não alinhados com os objetivos propostos.

71. (Cespe/TCE/MG/Analista/2018) Uma organização pública contratou uma empresa de consultoria para melhoria da eficiência organizacional e recebeu como proposta o redesenho de sua estrutura em função de seus processos de trabalho, com reconfiguração de sua distribuição de recursos, pessoas e funções. A respeito dessa situação hipotética, é correto afirmar que a empresa de consultoria adotou a técnica conhecida como

- BPM.
- matriz GUT.
- reengenharia.
- Seis Sigma.
- benchmarking.

72. (Cespe/TCE/PE/Analista/2017) Processos de suporte são aqueles que têm o objetivo de medir, monitorar, controlar atividades e administrar o presente e o futuro do negócio, não agregando valor diretamente para o cliente.

73. (Cespe/TCE/PE/Auditor/2017) Por meio das avaliações de meio-termo, ou de processo, é possível aplicar correções à fase final da implementação de programas e projetos.

74. (Cespe/TCE/PE/Analista/2017) BPM (Business Process Management) é uma disciplina gerencial que pressupõe a possibilidade de os objetivos organizacionais serem alcançados por meio da definição, do controle e da transformação contínua de processos de negócio.

75. (Cespe/TCE/PE/Analista/2017) As avaliações de processo são aquelas cujo desenho é experimental, como, por exemplo, os estudos randomizados controlados.

76. (Cespe/TCE/PE/Analista/2017) O diagrama de Ishikawa é uma ferramenta utilizada para identificar relações de causa e efeito apenas em processos administrativos.

77. (Cespe/TCE/PA/Auditor/2016) O diagrama de Ishikawa tem a finalidade de listar todas as atividades de um processo e apresentar uma sequência lógica do que é realizado em cada uma das etapas.

78. (Cespe/TCE/PA/Auditor/2016) O diagrama de Ishikawa, também conhecido como diagrama espinha de peixe, estabelece uma lógica de causa e efeito que permite a estruturação de argumentos racionais capazes de explicar o efeito que diversos inputs provocam em um dado output, gerando, assim, oportunidades de aprimoramento em todo o processo administrativo.

79. (Cespe/TCE/PA/Auditor/2016) Os processos primários de uma organização, quando agrupados, tendem a traduzir a cadeia de valor da entidade.

80. (Cespe/TCE/PA/Auditor/2016) Um dos impactos positivos da aplicação de práticas e de tecnologias de apoio ao gerenciamento de processos de negócio nas organizações é a agilidade na disponibilização de novos serviços e produtos para os clientes.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA



1. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA

QUESTÕES DISCURSIVAS

1. (Cespe/TCU/Auditor/2011) “A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu art. 165, § 9º, que cabe à lei complementar: I – dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual; II – estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta, bem como condições para a instituição e funcionamento de fundos. Considerando que o fragmento de texto acima tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do seguinte tema: “Estado atual da legislação concorrente em matéria financeira e orçamentária no Brasil”. Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos: (i) necessidade econômica da legislação federal a respeito de normas gerais de orçamento; (ii) abrangência e limites da competência da União em matéria orçamentária; (iii) possibilidade de exercício pleno da competência legislativa pelos estados e municípios.

QUESTÕES OBJETIVAS

1. (Cespe/TCE/RJ/Analista/2021) Compete privativamente à União legislar sobre direito financeiro.

2. (Cespe/TCE/RO/Auditor/2019) Considerando as disposições da Constituição Federal de 1988 (CF), assinale a opção correta acerca da competência para legislar sobre orçamento e finanças públicas.

- Para os municípios, a referida competência é residual.
- Os estados-membros, ante a autonomia federativa, não necessitam observar as normas gerais editadas pela União; logo, a competência é enumerada e comum.
- Havendo conflito entre normas orçamentárias editadas pela União e normas orçamentárias editadas pelos estados-membros, deverão prevalecer aquelas, porque as normas federais são hierarquicamente superiores às normas estaduais.

- A referida competência é enumerada e concorrente, cabendo aos estados-membros a edição de normas específicas para atender às peculiaridades locais, respeitando as normas gerais da União nesse campo.
- Trata-se de competência advinda de rol exemplificativo, havendo possibilidade de delegação por parte da União, aos estados-membros, aos municípios e ao Distrito Federal, das matérias elencadas no art. 24 da CF.

3. (Cespe/TCE/PE/Auditor/2017) Os estados-membros e o Distrito Federal estão impedidos de editar normas gerais acerca da elaboração dos seus orçamentos, porque a CF atribui tal competência legislativa à União.

4. (Cespe/TCE/PR/Analista/2016) No que se refere às normas de direito financeiro constantes na Constituição Federal de 1988 (CF), assinale a opção correta.

- Os estados da Federação podem criar bancos para a emissão de moedas estaduais, diferentes da moeda nacional.
- Os estados da Federação não têm competência para legislar sobre direito financeiro.
- A competência legislativa da União sobre direito financeiro limita-se ao estabelecimento de normas gerais.
- A Lei de Diretrizes Orçamentárias é de iniciativa do Poder Legislativo.
- A lei que dispõe sobre finanças públicas e fiscalização financeira da administração direta e indireta é lei ordinária.

5. (Fundep/TCE/MG/Auditor_Substituto/2015) Ao tratar das normas gerais sobre finanças públicas, a Constituição da República de 1988 reservou expressamente a disciplina de determinadas matérias ao trato por lei complementar. Nesse contexto, assinale a alternativa que não se enquadra entre tais matérias.

- Compatibilização das funções das instituições oficiais de crédito da União, resguardadas as características e condições operacionais plenas das voltadas ao desenvolvimento regional.
- Dívida pública externa e interna, incluída a das autarquias, fundações e demais entidades controladas pelo Poder Público.
- Operações de câmbio realizadas por órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

- d) Finanças públicas.
- e) Fiscalização de recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município.

2. DESPESAS E RECEITAS PÚBLICAS

INFORMATIVOS

STF **Fundo especial do Poder Judiciário e fontes de receitas.** São inconstitucionais as fontes de receitas de fundo especial do Poder Judiciário provenientes de rendimentos dos depósitos judiciais à disposição do Poder Judiciário do Estado, através de conta única. É igualmente inconstitucional a incorporação de receitas extraordinárias decorrentes de fianças e cauções, exigidas nos processos cíveis e criminais na justiça estadual, quando reverterem ao patrimônio do Estado; e percentual sobre os valores decorrentes de sanções pecuniárias judicialmente aplicadas ou do perdimento, total ou parcial, dos recolhimentos procedidos em virtude de medidas assecuratórias cíveis e criminais. É constitucional a previsão, em lei estadual, da destinação ao fundo especial do Poder Judiciário de valores decorrentes de multas aplicadas pelos juízes nos processos cíveis, salvo se destinadas às partes ou a terceiros. São inconstitucionais as fontes de receitas de fundo especial do Poder Judiciário provenientes de bens de herança jacente e o saldo das coisas vagas pertencentes ao Estado. É inconstitucional a norma estadual que atribui personalidade jurídica ao Fundo Especial do Poder Judiciário e prevê que o presidente do Conselho da Magistratura será o ordenador de despesas e seu representante legal. *ADI 4981, 14.11.2020, Pleno, Inf. 999.*

2.1. Despesa Pública

QUESTÕES DISCURSIVAS

2. (Cespe/TCE/RJ/Analista/2021) No estado do Rio de Janeiro existe um programa, em plena execução, de concessão de microcrédito (empréstimo) destinado a agricultores familiares, com um custo de R\$ 100 milhões previsto para o exercício vigente de 2020. O governador do estado do Rio de Janeiro pretende expandir esse programa, com um custo estimado anual de R\$ 10 milhões para os exercícios de 2020 a 2023. Embora os recursos destinados ao programa original estejam previstos na lei orçamentária anual do exercício vigente, o reforço financeiro ao programa não está previsto nessa lei. Considerando a situação hipotética apresentada, discorra sobre a classificação legal, quanto à categoria econômica, da despesa relativa ao citado programa e sobre as providências que o Poder Executivo deve tomar para expandir regularmente esse programa, conforme as disposições da Constituição Federal de 1988 e da Lei nº 4.320/1964, bem como da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)

3. (Cespe/TCE/PR/Analista/2017) Considerando a classificação das despesas orçamentárias, redija um texto acerca das diferenças entre despesas correntes e despesas de capital. Ao elaborar seu texto, faça o que se pede a seguir. (1) Conceitue despesas correntes. (2) Conceitue despesas de capital. (3) Disserte sobre as diferenças entre despesas correntes e despesas de capital quanto aos seus efeitos patrimoniais.

QUESTÕES OBJETIVAS

6. (Cespe/TCE/RJ/Analista/2021) A Lei nº 4.320/1964, que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços do poder público em geral, foi recepcionada com status de lei complementar pela Constituição Federal de 1988.

7. (FGV/TCE/AM/Auditor/2021) Ao final de um bimestre, percebeu-se que a realização da receita do Estado Alfa poderia não comportar o cumprimento das metas de resultado primário

ou nominal, a ensejar a utilização do mecanismo de limitação de empenho e movimentação financeira. A respeito desse cenário, é correto afirmar que:

- a) as metas de resultado primário ou nominal estão estabelecidas no Anexo de Política Fiscal.
- b) poderão ser limitadas as despesas destinadas ao pagamento do serviço da dívida.
- c) o prazo para promover a limitação de empenho é de 45 dias contados a partir do final do bimestre.
- d) não serão objeto de limitação as despesas relativas à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico custeadas por fundo criado para tal finalidade.
- e) no caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á a partir do primeiro mês do ano subsequente.

8. (Cespe/MPC/PA/Analista/2019) De acordo com a Lei nº 4.320/1964, julgue os próximos itens.

- I. A classificação das transferências como corrente ou de capital independe da destinação dos recursos no órgão ou na entidade recebedora.
- II. Os empenhos com vigência plurianual que não tenham sido liquidados deverão ser inscritos como restos a pagar apenas no último ano da vigência do crédito.
- III. Subvenções sociais destinam-se ao pagamento de bonificações a produtores de determinados gêneros ou materiais.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item II está certo.
- c) Apenas os itens I e III estão certos.
- d) Apenas os itens II e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

9. (Cespe/TCE/PB/Auditor/2018) Acerca da despesa pública, assinale a opção correta.

- a) As subvenções são transferências destinadas ao custeio de programas sociais e econômicos previamente aprovados na lei orçamentária.
- b) O prévio empenho é dispensável na medida em que a legislação admite o adiantamento de pagamento de despesas que não se subordinam ao processo normal de aplicação.
- c) O empenho é o ato da autoridade competente que estabelece o cronograma de pagamento segundo a estimativa da despesa prevista na lei orçamentária.
- d) A despesa de custeio engloba os gastos públicos com o pagamento dos juros e encargos da dívida pública e sua amortização.
- e) A liquidação da despesa pública é o pagamento mediante a apresentação de nota que certifica a prestação do serviço ou a entrega do produto.

10. (Fundep/TCE/MG/Auditor_Substituto/2018) Quanto à classificação pela Lei n. 4.320 (Lei do Orçamento) sobre os tipos de receitas e despesas, assinale a alternativa incorreta.

- a) Receitas tributárias e receitas patrimoniais são receitas correntes.
- b) Amortização de empréstimos e alienação de bens são receitas de capital.
- c) Despesas de custeio e transferências correntes são despesas correntes.
- d) Obras públicas e aquisição de imóveis são despesas de capital.
- e) Compras de material de consumo e investimentos são despesas de capital.

11. (Cespe/TCE/PB/Auditor/2018) A respeito do ato de limitação de empenho decorrente do acompanhamento da execução orçamentária, assinale a opção correta.

- Cabe ao Poder Executivo definir os critérios de limitação de empenho.
- A recomposição das dotações, objeto do ato de limitação, depende do restabelecimento integral da receita.
- A limitação de empenho implica a desvinculação dos recursos previamente vinculados a finalidade específica.
- É vedada a limitação de despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente.
- O referido ato pode ser publicado em qualquer momento da execução, a critério do Poder Executivo.

12. (Fundep/TCE/MG/Auditor_Substituto/2018) Sobre despesas públicas, segundo ensina Regis Fernandes de Oliveira, em seu livro “Curso de Direito Financeiro”, assinale a alternativa correta.

- O autor entende que dois conceitos podem refletir despesas públicas. Citando Aliomar Baleeiro, podem ser compreendidas como “conjunto dos dispêndios do Estado, ou de outra pessoa de direito público, para o financiamento dos serviços públicos” e “aplicação de certa quantia, em dinheiro, por parte da autoridade ou agente público competente, dentro duma autorização legislativa, para execução de fim a cargo do governo”.
- Para cobrir despesas públicas, é possível abrir requisição de serviços.
- Para cobrir despesas públicas, é possível abrir requisição de bens.
- É possível classificar as despesas públicas em adequada, incompatível, irrelevante, supérflua e indispensável.
- Despesas públicas podem ser efetuadas sem prévia autorização do Poder Legislativo, em casos excepcionais.

13. (Cespe/TCE/PE/Analista/2017) Somente despesas que contribuam para manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo podem ser incluídas na lei orçamentária.

14. (Cespe/TCE/PR/Analista/2016) A respeito de despesa pública, que se refere a pagamentos efetuados por parte do agente público competente, assegurados por autorização legislativa, para a execução de finalidade governamental, assinale a opção correta.

- A classificação institucional da despesa é fundamental ao exercício do controle social porque possibilita ao usuário da informação identificar todos os programas de governo.
- O gestor de unidade orçamentária com servidores ativos e inativos deverá, no orçamento programa, classificar o dispêndio, com as respectivas remunerações, como operações especiais, por representarem a contraprestação direta sob a forma de serviços.
- A classificação funcional, uma das classificações econômicas da despesa, objetiva apresentar as ações e os programas de governo realizados no atendimento às demandas da sociedade.
- Na elaboração da proposta orçamentária de tribunal, a verba destinada à construção de um prédio será classificada, conforme a classificação programática, como atividade, visto que o edifício irá atender a meta de estender as atividades administrativas.
- As despesas do governo federal incluem as transferências constitucionais decorrentes do rateio da receita corrente de impostos entre os entes federados, cuja finalidade é reduzir as desigualdades sociais.

15. (Cespe/TCE/PA/Auditor/2016) A simples prorrogação de despesa criada por prazo determinado não configura aumento de despesa pública.

16. (Cespe/TCE/RN/Auditor/2015) Os critérios para limitação do empenho são válidos somente no exercício financeiro para o qual foram instituídos.

17. (FCC/TCE/CE/Analista/2015) Com base na Lei Federal n. 4.320/1964, classificam-se como

- Transferências Correntes (Despesas Correntes), as despesas com contribuições de Previdência Social.
- Investimentos (Despesas de Capital), as despesas com material permanente.
- Transferências de Capital (Despesas de Capital), as despesas com aquisição de imóveis.
- Despesas de Custeio (Despesas Correntes), as despesas com serviços de terceiros.

Está correto o que se afirma apenas em

- I, II e III.
- I, II e IV.
- I e III.
- II e IV.
- III e IV.

18. (FCC/TCM/GO/Auditor/2015) O Regime de Adiantamento expresso na Lei nº 4.320/1964 poderá ser concedido

- ao servidor, em situações excepcionais, visando honrar os gastos descobertos de dotação orçamentária.
- somente aos servidores, devendo ser precedido de empenho em dotação própria.
- a servidores e ocupantes de cargos comissionados, a fim de realizar despesas que subordinam-se ao processo normal de aplicação, devendo ser precedido de empenho.
- a servidores e ocupantes de cargos em comissão, a fim de realizar despesas que não subordinam-se ao processo normal de aplicação, podendo ser dispensado o seu empenhamento.
- ao ocupante de cargo em comissão, visando o pagamento de despesas consideradas emergenciais, para as quais não foram consignadas dotações próprias.

19. (FCC/TCE/CE/Analista/2015) Um determinado Estado federado brasileiro efetuou despesas com obras públicas, com inativos, com amortização da dívida pública e com participação em aumento de capital de entidades financeiras. Com base nas normas da Lei Federal n. 4.320/64, classificam-se como

- Transferências de Capital (Despesas de Capital), as despesas com amortização da dívida pública.
- Despesas de Custeio (Despesas Correntes), as despesas com inativos.
- Investimentos (Despesas Correntes), as despesas com obras públicas.
- Inversões Financeiras (Despesas de Capital), as despesas com participação em aumento de capital de entidades financeiras.

Está correto o que se afirma em

- I, II, III e IV.
- I, II e IV, apenas.
- I e IV, apenas.
- II e III, apenas.
- III, apenas.

20. (FCC/TCE/CE/Analista/2015) O departamento de contabilidade e orçamento da Assembleia Legislativa do Estado Eldorado do Norte está instalado em um imóvel alugado. No mês de

junho de 2015, a Assembleia adquiriu este imóvel pelo valor de R\$ 850.000,00. Nos termos da Lei Federal n. 4.320/64, a despesa é classificada como

- a) investimento.
- b) patrimonial.
- c) imobiliária.
- d) inversões financeiras.
- e) imobilizado.

2.2. Receita Pública

QUESTÕES DISCURSIVAS

4. (Cespe/TCE/RJ/Analista/2021) O orçamento de entidades públicas e privadas é um importante instrumento de planejamento de médio e longo prazo. Essa ferramenta indica as origens e as espécies de recursos que se espera obter para garantir as aplicações previstas para cada período. Na área pública, devido a suas peculiaridades, esses ingressos de recursos ganham múltiplas classificações. Considerando que o texto anterior tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca de receitas públicas, abordando, necessariamente, os conceitos de: (1) receita orçamentária; (2) receita extraorçamentária; (3) receita orçamentária efetiva e receita orçamentária não efetiva.

QUESTÕES OBJETIVAS

21. (FGV/TCE/AM/Auditor/2021) Para fins de controle da execução orçamentária, o registro de receitas e despesas segue os dispositivos da Lei nº 4.320/1964. Esses dispositivos orientam que:

- a) despesas que não cumprem todos os estágios de execução são anuladas ao final do exercício.
- b) o empenho de despesa depende da ocorrência do fato gerador.
- c) o regime de reconhecimento da receita é mais restritivo do que o da despesa.
- d) receitas e despesas são reconhecidas com base no mesmo regime.
- e) receitas lançadas e não arrecadadas são incorporadas na estimativa do exercício seguinte.

22. (Cespe/TCE/RJ/Analista/2021) O direito financeiro compreende a despesa, a dívida e o orçamento públicos, mas não a receita pública, que é objeto do direito tributário.

23. (FGV/TCE/AM/Auditor/2021) A União todos os anos cobra, referente aos chamados “terrenos de marinha”, valores de foro ou de taxa de ocupação. Não pagos espontaneamente tais valores pelos devedores, após o vencimento da obrigação, eles serão inscritos:

- a) em Dívida Ativa não Tributária da União, tanto no caso de valores de foro como de taxa de ocupação.
- b) em Dívida Ativa Tributária da União, tanto no caso de valores de foro como de taxa de ocupação.
- c) em registro próprio não componente da Dívida Ativa da União, mantido pela Secretaria de Patrimônio da União.
- d) em Dívida Ativa não Tributária da União, no caso de valores de foro, e em Dívida Ativa Tributária da União, no caso de valores de taxa de ocupação.
- e) em Dívida Ativa não Tributária da União, no caso de valores de taxa de ocupação, e em Dívida Ativa Tributária da União, no caso de valores de foro.

24. (Cespe/MPC/PA/Analista/2019) Em relação ao conceito e à classificação das receitas públicas, assinale a opção correta.

- a) Consideram-se receitas públicas as entradas de recursos financeiros de caráter compensatório, tais como retenções e garantias.
- b) Embora seja item da receita orçamentária, o superávit do orçamento corrente não pode ser considerado uma receita de capital.
- c) Receitas efetivas resultam em aumento na situação patrimonial líquida da administração pública.
- d) Receitas tributárias, de contribuições e de alienações de bens são consideradas receitas correntes.
- e) São receitas de capital as receitas de operações de crédito, de serviços, e de amortização de empréstimos.

25. (Fundep/TCE/MG/Auditor_Substituto/2018) J. R. Caldas Furtado, em seu livro “Curso de Direito Financeiro”, propõe um diagrama para reconhecimento dos ingressos. Assinale a alternativa que não está condizente com os ensinamentos do referido autor.

- a) Os ingressos podem ser classificados em orçamentários e extraorçamentários.
- b) A receita pode ser corrente ou de capital.
- c) A receita corrente pode ser identificada nas hipóteses de operações de crédito, alienação de bens, amortizações de empréstimos, transferências de capital, além do resultado do BACEN, por exemplo.
- d) As receitas tributária, patrimonial, industrial e agropecuária são algumas das hipóteses de receitas correntes.
- e) As operações de crédito podem ser classificadas em internas e externas.

26. (Cespe/TCE/MG/Analista/2018) A classificação das receitas tributárias adotada pela Lei n. 4.320/1964 abrange

- a) receita oriunda de alienações de bens.
- b) receita oriunda de contribuições de melhoria.
- c) juros oriundos de operação de amortização de empréstimos.
- d) receita oriunda de empréstimos compulsórios.
- e) receita oriunda de contribuições especiais.

27. (Fundep/TCE/MG/Auditor_Substituto/2018) Sobre as receitas públicas, assinale a alternativa incorreta.

- a) Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação.
- b) A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deve estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, deve atender ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias, além de pelo menos uma de duas condições previstas em lei.
- c) É possível a realização de transferências voluntárias da receita, obtida por meio de impostos de sua competência tributária ativa, do estado para o município, ainda que não se tenha instituído, pelo transferente, todos os tributos de sua competência tributária ativa.
- d) A renúncia de receita compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.
- e) Reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

28. (Vunesp/TCE/SP/Agente_Fiscal/2017) São consideradas receitas correntes, de acordo com a Lei nº 4.320/1964:

- a) recursos oriundos da venda de títulos públicos.
- b) recursos oriundos de contribuições econômicas.
- c) recursos obtidos em decorrência de alienação de bens.
- d) recursos oriundos de operações de crédito.
- e) recursos financeiros provenientes da amortização de financiamentos ou empréstimos concedidos na forma de títulos e contratos.

29. (Cespe/TCE/PA/Auditor/2016) Após a aprovação da previsão de receitas para determinado exercício, somente se houver comprovação de erro ou omissão de ordem técnica ou legal, será permitida a reestimativa do montante.

30. (Cespe/TCE/RN/Auditor/2015) A legislação brasileira permite a aplicação de receitas oriundas da fruição de bens públicos no pagamento de juros da dívida pública e a utilização da receita da venda de bens e direitos do Estado para amortizar dívida pública.

31. (Cespe/TCE/RN/Auditor/2015) A União, para conceder garantia em operação de crédito celebrada por estado, pode exigir, a título de contragarantia, a vinculação de receitas provenientes de transferências constitucionais, estando o garantidor, porém, proibido de reter tais receitas com o propósito de liquidar dívida vencida que seja oriunda da operação.

32. (FCC/TCE/AM/Auditor/2015) A Lei Federal n. 4.320 foi promulgada em 1964, vários anos antes, portanto, da promulgação do Código Tributário Nacional. Por sua vez, o ato de lançamento definido na referida Lei é essencialmente diferente, tanto em forma, como em substância, do procedimento de lançamento definido no CTN. Sob a óptica do Direito Financeiro, e de acordo com o que estabelece a Lei Federal n. 4.320/1964, o lançamento da receita é

- a) ato da repartição competente e tem por finalidade, verificar a procedência do crédito fiscal, verificar a pessoa que é devedora desse crédito e inscrever o débito desse devedor.
- b) procedimento da repartição competente e tem por finalidade verificar a procedência do crédito fiscal, verificar a existência de causas extintivas, suspensivas e excludentes desse crédito, e verificar a pessoa que é dele devedora.
- c) ato do contribuinte ou da repartição competente e tem por finalidade verificar a procedência do crédito fiscal, verificar a existência de causas extintivas desse crédito e inscrever o débito desse devedor.
- d) procedimento da repartição competente e tem por finalidade, apenas, verificar a pessoa que é devedora desse crédito e inscrever o débito desse devedor.
- e) procedimento do contribuinte ou da repartição competente e tem por finalidade verificar a procedência do crédito fiscal, verificar a existência de causas extintivas, suspensivas e excludentes desse crédito e inscrever o débito desse devedor.

33. (Cespe/TCE/PR/Analista/2016) No que se refere a receitas públicas, suas classificações e características, assinale a opção correta.

- a) O primeiro estágio da receita, determinado pela previsão de receitas das unidades orçamentárias, não segue o modelo incremental.
- b) Na elaboração da proposta orçamentária dos tribunais, a previsão das receitas econômicas é tão complexa quanto a definição das despesas a serem executadas no decorrer do exercício social seguinte.

- c) Os ingressos extraorçamentários são considerados receitas públicas por serem utilizados na cobertura de despesas públicas a encargo do ente público que as arrecada.
- d) Os tribunais não estão autorizados a arrecadar tributos nem contribuições como receitas correntes, por isso, na elaboração da proposta orçamentária dessas entidades, constam quase integralmente receitas de capital como obtenção de recursos.
- e) Na elaboração de sua proposta orçamentária, as unidades devem considerar o histórico de arrecadação de períodos anteriores, associado a aspectos legais que possam afetar a previsão, os índices de preços e o crescimento econômico.

34. (Fundep/TCE/MG/Auditor_Substituto/2015) A Lei n. 4.320 de 1964 classifica as receitas públicas em diferentes categorias econômicas. A esse respeito, assinale a alternativa que apresenta corretamente as receitas associadas com as suas categorias econômicas, apresentadas entre parênteses.

- a) Receita patrimonial (receitas correntes) e receita da conversão, em espécie, de bens e direitos (receitas de capital).
- b) Receita tributária (receitas orçamentárias) e receita patrimonial (receitas correntes).
- c) Receita de contribuições (receitas correntes) e receitas provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em despesas extraorçamentárias (receitas de capital).
- d) Receita da conversão, em espécie, de bens e direitos (receitas de capital) e o superávit do Orçamento Corrente (receitas correntes).
- e) Receita agropecuária (receitas correntes) e receita industrial (receitas orçamentárias).

35. (FCC/TCE/CE/Analista/2015) Com fundamento na Lei Federal n. 4.320/1964, classificam-se como Receitas

- I. Tributárias (Receitas Correntes), as provenientes da arrecadação de multas.
- II. Tributárias (Receitas Correntes), as provenientes da arrecadação de contribuições de melhoria.
- III. Patrimoniais (Receitas Correntes), decorrentes de participações e dividendos.
- IV. Patrimoniais (Receitas Correntes), aquelas oriundas de valores mobiliários.

Está correto o que se afirma apenas em

- a) I, II e III.
- b) I e IV.
- c) I e III.
- d) II, III e IV.
- e) II e IV.

3. DÍVIDA PÚBLICA

QUESTÕES OBJETIVAS

36. (Cespe/TCE/RJ/Analista/2021) Integram a dívida pública fundada apenas operações de crédito de prazo superior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento.

37. (FGV/TCE/AM/Auditor/2021) A dívida consolidada do Estado Alfa ultrapassou o limite estabelecido por Resolução do Senado Federal ao final de um certo quadrimestre. Diante desse cenário, é correto afirmar que:

- a) o excedente deve ser reduzido em pelo menos 40% no primeiro quadrimestre.

- b) a dívida consolidada deverá ser reconduzida ao limite até o término dos três quadrimestres subsequentes.
- c) o limite da dívida consolidada líquida dos Estados é de 1,2 vezes a receita corrente líquida.
- d) após o final do segundo quadrimestre, perdurando o excesso, o Estado Alfa fica impedido de receber transferências voluntárias da União.
- e) enquanto perdurar o excesso, o Estado Alfa estará proibido de realizar operação de crédito para pagamento de dívidas mobiliárias.

38. (Cespe/TCE/RJ/Analista/2021) A dívida pública consolidada ou fundada inclui as operações em que o Estado contraia um empréstimo para a construção de uma obra e contrate um particular para a execução dessa mesma obra, desde que ambas as operações tenham amortização em prazo superior a doze meses.

39. (Cespe/MPC/PA/Analista/2019) Determinado estado deixou de efetuar o pagamento de precatório por mais de dois exercícios consecutivos, sem razão de força maior. Nessa situação, essa dívida

- a) integra a dívida pública flutuante e pode ensejar intervenção federal.
- b) integra a dívida pública flutuante e pode ensejar o sequestro da quantia.
- c) integra a dívida pública mobiliária e pode ensejar intervenção federal.
- d) integra a dívida pública consolidada e pode ensejar sequestro da quantia.
- e) integra a dívida pública consolidada e pode ensejar intervenção federal.

40. (Cespe/TCE/MG/Analista/2018) De acordo com a Lei n. 4.320/1964 e o Decreto n. 93.872/1986, a dívida flutuante compreende

- a) créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.
- b) as despesas de exercícios anteriores.
- c) os restos a pagar e as operações de crédito por antecipação de receitas.
- d) a dívida pública representada por títulos emitidos pela União, incluídos os do Banco Central do Brasil.
- e) obrigações que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

41. (Cespe/TCE/SC/Auditor/2016) Os conceitos de dívida fundada e dívida flutuante aplicam-se indistintamente à dívida ativa e à dívida passiva.

42. (Cespe/TCE/PA/Auditor/2016) Para fins de aplicação dos limites da dívida consolidada municipal, devem ser considerados os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento no qual houverem sido incluídos.

43. (Cespe/TCE/PR/Analista/2016) Acerca dos demonstrativos contábeis referentes ao setor público, assinale a opção correta à luz das disposições da Lei n. 4.320/1964.

- a) A dívida flutuante inclui os restos a pagar, os depósitos e os débitos de tesouraria.
- b) As notas explicativas subsidiam a interpretação e a forma de utilização do superávit financeiro, bem como a reabertura de créditos especiais e extraordinários. Além disso, elas contribuem para o entendimento da influência desse superávit e dos referidos créditos no resultado orçamentário, proporcionando uma correta interpretação das informações contábeis.

- c) Quaisquer movimentações financeiras e orçamentárias em caixa de ente governamental dependem de prévia autorização do Poder Legislativo e devem constar do balanço financeiro desse ente.
- d) O balanço orçamentário deve demonstrar as receitas detalhadas por categoria de função, com especificação da previsão inicial, da previsão atualizada para o exercício, da receita realizada e do saldo correspondente a excesso ou déficit de arrecadação.
- e) A Demonstração das Variações Patrimoniais deve evidenciar todas as alterações apuradas no patrimônio, independentemente da execução orçamentária, bem como indicar o resultado patrimonial do exercício. Assim, o resultado patrimonial do período é apurado confrontando-se variações patrimoniais qualitativas aumentativas e diminutivas.

44. (Cespe/TCE/PR/Analista/2016) Acerca do regime jurídico do crédito público, assinale a opção correta.

- a) Ultrapassado o limite de endividamento fixado pelo Senado Federal para o quadrimestre, o ente federado estará proibido de realizar operação de crédito, salvo por antecipação de receita.
- b) Incluem-se na dívida flutuante os restos a pagar, os depósitos judiciais e os títulos vincendos derivados de operações de crédito.
- c) As obrigações contraídas entre os entes federados e seus respectivos fundos, autarquias e fundações são classificadas como dívida consolidada.
- d) Os títulos da dívida pública dos estados e dos municípios poderão ser oferecidos em caução para a garantia de empréstimos.
- e) Depende de autorização da câmara de vereadores a abertura de processo contra o prefeito que contrair empréstimo sem previsão legal.

45. (Cespe/TCE/SC/Auditor/2016) Os títulos de responsabilidade do Banco Central do Brasil devem ser incluídos na dívida pública consolidada da União.

46. (Cespe/TCE/SC/Auditor/2016) Se determinado ente da Federação assinar contrato de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida por entidade vinculada a este ente, a operação deverá ser incluída no montante da dívida pública consolidada.

47. (Cespe/TCU/Auditor/2015) As operações de crédito compõem a dívida pública, sendo vedada, no último ano de mandato presidencial, a obtenção de operações de crédito por antecipação de receita para o atendimento de insuficiência de caixa.

48. (FCC/TCE/CE/Auditor_Substituto/2015) Considerando os limites da dívida pública consolidada, é correto afirmar que

- a) a verificação é efetuada bimestralmente no último exercício do mandato do Chefe do Executivo e quadrimestralmente nos demais exercícios.
- b) quando ultrapassa os limites ao final de um quadrimestre, deve ser reconduzida até o término dos três subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% no primeiro.
- c) a divulgação da relação dos entes que ultrapassaram os limites das dívidas públicas é feita quadrimestralmente pelo Ministério da Fazenda.
- d) fica autorizada, em caso de excesso no último ano do mandato do Chefe do Executivo, a imediata realização de operações de crédito por antecipação de receita para restabelecer os limites.

- e) verificado o desatendimento do limite o ente fica imediatamente, a partir da divulgação pelo Ministério da Fazenda, impedido de receber transferências voluntárias da União ou Estado, conforme o caso.

49. (FCC/TCE/CE/Auditor_Substituto/2015) Dentro da política de responsabilidade fiscal das dívidas públicas, compete ao Senado Federal aprovar

- Decreto do Presidente da República que fixa os limites da dívida pública consolidada de todos os entes federados.
- por Decreto Legislativo os limites globais para o montante da dívida pública mobiliária dos entes federados, previamente fixados em proposta do Presidente da República.
- Projeto de Lei de Iniciativa do Presidente da República com os limites globais para o montante das dívidas públicas de todos os entes federados.
- por Resolução de proposta do Presidente da República com os limites globais para o montante da dívida pública consolidada da União, Estados e Municípios.
- por Resolução de proposta do Presidente da República com os limites globais para o montante da dívida pública mobiliária da União.

50. (FCC/TCE/CE/Analista/2015) As rubricas que compõem a dívida flutuante da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal são identificadas no Capítulo II do Título IX da Lei Federal n. 4.320/64. De acordo com a disciplina fixada por essa Lei, essa dívida flutuante compreende

- os compromissos de exigibilidade superior a doze meses, contraídos para atender a desequilíbrio orçamentário de serviços públicos.
 - os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida.
 - os compromissos de exigibilidade superior a doze meses, contraídos para atender a desequilíbrio financeiro de obras públicas.
 - os serviços da dívida a pagar.
- Está correto o que se afirma em
- I e II, apenas.
 - I, II, III e IV.
 - I e III, apenas.
 - III e IV, apenas.
 - II e IV, apenas.

4. ORÇAMENTO PÚBLICO

TOP 5: 2º LUGAR ENTRE OS MAIORES AGREGADOS DE QUESTÕES DO LIVRO!

4.1. Ciclo Orçamentário

QUESTÕES OBJETIVAS

51. (FGV/TCE/AM/Auditor/2021) O processo orçamentário a que estão sujeitos os entes públicos, conforme a legislação brasileira, é cíclico. Uma das particularidades do processo orçamentário é que:

- os atos estão sujeitos a controle interno e externo.
- as competências dos poderes são alternadas a cada ciclo.
- o ciclo começa com a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- a execução do Plano Plurianual coincide com o período de um mandato eletivo.
- os prazos de elaboração e aprovação dos orçamentos são os mesmos para todos os entes federativos.

52. (Cespe/TCE/PR/Analista/2016) Com relação ao ciclo orçamentário, assinale a opção correta.

- O Plano Plurianual estabelece diretrizes para as despesas de capital.
- A Lei de Diretrizes Orçamentárias apresenta os recursos que serão mobilizados para a execução das políticas públicas.
- A lei de orçamento anual inclui as alterações na legislação tributária do exercício financeiro.
- São duas as leis que instituem o ciclo orçamentário: a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a lei do orçamento anual.
- As leis que instituem o ciclo orçamentário são de proposição exclusiva do Poder Legislativo.

53. (Cespe/TCE/PA/Auditor/2016) O ciclo orçamentário é constituído de uma sequência de quatro fases, ou etapas, que devem ser cumpridas como parte do processo orçamentário: elaboração, aprovação, execução e acompanhamento.

54. (Cespe/TCE/PA/Auditor/2016) As fases do processo orçamentário incluem previsões, fixação de valores, determinação de limites e processo legislativo.

4.2. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

ATENÇÃO: ESTE TEMA É MUITO EXIGIDO NOS CONCURSOS!

REPERCUSSÃO & REPETITIVOS

STF Rep. Geral 864. A revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos depende, cumulativamente, de dotação na Lei Orçamentária Anual e de previsão na Lei de Diretrizes Orçamentárias. *RE 905357, 29.11.2019.*

QUESTÕES OBJETIVAS

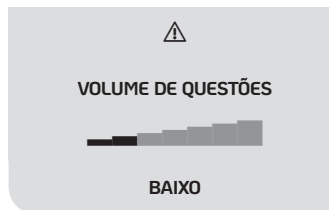
55. (FGV/TCE/AM/Auditor/2021) O processo orçamentário no Brasil é revestido de formato legal, principalmente em decorrência dos chamados instrumentos de planejamento. Um desses instrumentos é a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que tem entre os seus objetivos:

- operacionalizar o planejamento estratégico do governo.
- evidenciar as escolhas políticas de gestores na alocação de recursos.
- estabelecer diretrizes relativas aos programas de duração continuada.
- contribuir com parâmetros para o acompanhamento da gestão fiscal.
- definir os objetivos das despesas de capital e outras delas decorrentes.

56. (FGV/TCE/PI/Auditor/2021) O processo orçamentário no Brasil tem como base diferentes instrumentos de planejamento concebidos para auxiliar na gestão equilibrada dos recursos públicos. Um dos instrumentos de planejamento de maior complexidade técnica é a LDO, que tem, entre seus conteúdos, a proposição de:

- condições para concessão de benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.
- critérios de regionalização dos programas governamentais.
- despesas relativas aos programas de duração continuada.
- diretrizes para investimentos das empresas estatais.
- disposições sobre equilíbrio entre receitas e despesas.

AUDITORIA GOVERNAMENTAL



1. CONTROLE INTERNO

QUESTÕES DISCURSIVAS

1. (FMP/TCE/RS/Auditor/2011) O artigo 70 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul dispõe que, mediante controle externo e por sistema de controle interno, o Estado, órgãos e entidades da administração direta e indireta, serão objeto de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, quanto à legalidade, legitimidade, moralidade, publicidade, eficiência, eficácia, economicidade. O candidato deve: (i) identificar o(s) órgão(s) responsável(is) pela execução do controle externo e a forma de constituição do controle interno; (ii) citar no mínimo duas competências fundamentais do controle externo, e dois pontos de abrangência de sua jurisdição; (iii) e, considerando que, no mês de maio de 2011, foi divulgada na imprensa, solicitação feita pelo órgão responsável pela execução do controle externo no Estado, que buscando implementar novas abordagens de fiscalização requereu à outro órgão da Administração Pública Estadual dados sobre a receita estadual, o candidato deve indicar dois procedimentos técnicos básicos a serem considerados na aplicação de testes de observância e substantivos na auditoria, quando deste tópico.

QUESTÕES OBJETIVAS

1. (Cespe/TCE/DF/Auditor/2021) Raul, analista de controle externo de Tribunal de Contas, ao auditar determinada entidade governamental, manifestou preocupação de não haver um bom sistema de controle interno que prevenisse ou detectasse, em tempo hábil, erros ou irregularidades relevantes. Nessa situação, a preocupação manifestada pelo servidor se refere ao risco de controle.

2. (FGV/TCE/PI/Auditor/2021) Embora a atividade de fiscalização seja considerada uma técnica de controle mais simples do que a auditoria, ela tem objetivos de grande relevância no âmbito da administração pública. Entre os objetivos a seguir, o único que não está associado à atividade de fiscalização é comprovar se o objeto dos programas de governo:

- a) realmente existe.
- b) atende às metas de efetividade.

- c) corresponde às especificações estabelecidas.
- d) atende às necessidades para as quais foi definido.
- e) guarda coerência com as condições e características pretendidas.

3. (Fundep/TCE/MG/Auditor_Substituto/2018) De acordo com NBC T 16.8, que trata do controle interno nas entidades do setor público, assinale a alternativa que não se caracteriza como uma finalidade do controle interno.

- a) Salvar os ativos e assegurar a veracidade dos componentes patrimoniais.
- b) Dar conformidade ao registro contábil em relação ao ato correspondente.
- c) Evidenciar práticas antieconômicas, erros, abusos, fraudes e desvios.
- d) Contribuir para a promoção da eficiência operacional da entidade.
- e) Propiciar a obtenção de informação oportuna e adequada.

4. (Cespe/TCM/BA/Auditor/2018) De acordo com o COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission), o controle interno é um processo conduzido pela estrutura de governança, administração e outros profissionais da entidade, e desenvolvido para proporcionar segurança razoável com respeito à realização dos objetivos relacionados a operações, divulgação e conformidade. O componente de controle interno em que se avaliam e se comunicam as deficiências no controle interno aos responsáveis por tomar ações corretivas, inclusive a estrutura de governança e alta administração, é designado

- a) ambiente de controle.
- b) avaliação de riscos.
- c) atividades de controle.
- d) informação e comunicação.
- e) atividades de monitoramento.

5. (Cespe/TCM/BA/Auditor/2018) De acordo com o COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission), o sistema de controle interno das organizações deve seguir determinadas regras e obedecer a certos requisitos, delimitados por uma estrutura integrada. A respeito desse assunto, assinale a opção correta.

- a) A observância estrita das políticas e dos procedimentos é suficiente para se considerar eficaz o controle interno.

- b) A estrutura do controle interno proposta pelo COSO está voltada exclusivamente para organizações de grande porte.
- c) O COSO, por meio da estrutura de controle interno, busca viabilizar um grau razoável de segurança para os objetivos da entidade.
- d) Os objetivos de conformidade se relacionam à eficácia e à eficiência das operações da entidade.
- e) O ambiente de controle restringe-se à integridade e aos valores éticos da organização.

6. (Cespe/TCE/PR/Analista/2016) De acordo com a INTOSAI (International Organization of Supreme Audit Institutions), assinale a opção correta, acerca da auditoria governamental.

- a) O controle prévio, também denominado pré-auditoria, e o controle posterior, ou pós-auditoria, constituem etapas de controle.
- b) As vantagens do controle prévio, ou pré-auditoria, incluem a possibilidade de impedir que prejuízos ocorram e de gerar pequeno volume de trabalho.
- c) As auditorias de legitimidade, de regularidade e operacional são os tipos de auditoria que a entidade de fiscalização superior utiliza para cumprir suas finalidades.
- d) Para o sucesso de uma auditoria governamental, é suficiente que a entidade de fiscalização não sofra influências externas e que seus membros e diretores sejam independentes da entidade auditada.
- e) O objetivo específico de uma auditoria governamental consiste em encontrar e responsabilizar civil e penalmente aqueles que incorrerem em desvios.

7. (FCC/TCE/CE/Analista/2015) Para determinar a extensão e o alcance da auditoria que será proposta, a unidade técnica deve dispor de informações, entre outras, às relativas aos riscos relevantes associados ao objetivo da auditoria. Segundo as Normas de Auditoria – NAT, a avaliação de riscos e de controle interno visa a avaliar o grau em que o controle interno de organizações, programas e atividades governamentais assegura, de forma razoável, que na consecução de suas missões, objetivos e metas, os princípios constitucionais da Administração pública sejam obedecidos. Dentre os objetivos de controle que serão atendidos, não se incluem:

- a) estabelecimento de responsabilidades e rotinas internas, segregação de funções apropriada das responsabilidades funcionais.
- b) eficiência, eficácia e efetividade operacional, mediante execução ordenada, ética e econômica das operações.
- c) integridade e confiabilidade da informação produzida e sua disponibilidade para a tomada de decisões e para o cumprimento de obrigações accountability.
- d) conformidade com leis e regulamentos aplicáveis, incluindo normas, políticas, programas, planos e procedimentos de governo e da própria instituição.
- e) adequada salvaguarda e proteção de bens, ativos e recursos públicos contra desperdício, perda, mau uso, dano, utilização não autorizada ou apropriação indevida.

8. (FCC/TCE/AM/Auditor/2015) O departamento de contabilidade da Companhia Estadual de Habitação Popular do Norte, por deficiência no controle das Contas a Receber, não efetuou o registro contábil do recebimento de duas duplicatas no exercício correspondente. Segundo as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o controle interno sob o enfoque contábil tem, entre outras, a finalidade de

- I. salvar os ativos e assegurar a veracidade dos componentes patrimoniais.

- II. dar conformidade ao registro contábil em relação ao ato correspondente.
- III. auxiliar na prevenção de práticas ineficientes e antieconômicas, erros, fraudes, malversação, abusos, desvios e outras inadequações.
- IV. contribuir para aumentar a arrecadação das receitas públicas e assegurar sua aplicação sob os aspectos da legalidade e legitimidade pelos órgãos e entidades da administração pública.

Está correto o que se afirma apenas em

- a) I e II.
- b) I, III e IV.
- c) III e IV.
- d) I, II e III.
- e) II e IV.

9. (Cespe/TCE/RN/Auditor/2015) Os órgãos e unidades do sistema de controle interno do Poder Executivo federal devem monitorar o Tribunal de Contas da União no momento da realização de auditoria na gestão de recursos públicos federais sob a responsabilidade de entidades do setor privado.

2. DECLARAÇÃO DE LIMA

QUESTÕES OBJETIVAS

10. (Cespe/TCE/DF/Auditor/2021) Os princípios fundamentais da auditoria no nível 3 foram elaborados a partir da Declaração de Lima, segundo a qual democracia e Estado de direito são premissas essenciais para uma auditoria independente.

11. (FGV/TCE/PI/Auditor/2021) O Tribunal de Contas do Estado Gama determinou a realização de auditoria sobre a gestão financeira dos beneficiários do regime emergencial de operação e custeio do transporte coletivo no Município Alfa. Esse regime, instituído por lei municipal, tinha por objetivo evitar falhas na prestação do serviço, decorrentes da pandemia de Covid-19, minimizando os seus impactos econômicos e sociais com o repasse de subsídios não previstos originalmente no contrato de concessão. Na sistemática estabelecida pela Declaração de Lima, a auditoria:

- a) somente pode alcançar toda a gestão financeira das sociedades empresárias que receberam os subsídios caso isso esteja previsto no contrato de concessão.
- b) não pode alcançar toda a gestão financeira das sociedades empresárias que receberam os subsídios, limitando-se ao montante dos recursos públicos.
- c) deve permanecer adstrita à destinação dada ao montante correspondente aos subsídios recebidos pelas sociedades empresárias beneficiadas.
- d) não pode alcançar a gestão financeira das sociedades empresárias que receberam os subsídios, sob pena de afronta à livre iniciativa.
- e) pode alcançar toda a gestão financeira das sociedades empresárias beneficiadas, a depender do montante dos subsídios.

12. (FGV/TCE/PI/Auditor/2021) A assessoria da presidência do Tribunal de Contas do Estado Alfa, instada a se manifestar, informou que, na sistemática da Declaração de Lima, as relações estabelecidas entre as entidades fiscalizadoras superiores e as estruturas estatais de poder, com a emissão de pareceres especializados:

- I. são vinculantes para a Administração Pública.
- II. não podem ter por objeto comentários sobre projetos de lei; e
- III. não precisam estar alinhadas com suas auditorias.

As informações apresentadas pela assessoria estão:

- a) totalmente certas.

- b) totalmente erradas.
- c) certas apenas em I.
- d) certas apenas em II.
- e) certas apenas em II e III.

13. (Cespe/TCE/PR/Analista/2016) No que se refere ao exercício de auditorias realizadas por entidades fiscalizadoras superiores (EFS), assinale a opção correta de acordo com a Declaração de Lima.

- a) As contas de organizações internacionais ou supranacionais estão sob a jurisdição exclusiva das EFS.
- b) As operações financeiras de determinada entidade pública que não fizerem parte do orçamento nacional estarão excluídas da fiscalização pelas EFS.
- c) Estão excluídos das auditorias fiscais os exames da eficiência na cobrança de impostos.
- d) As auditorias de obras públicas abrangerão a gestão e a qualidade da construção.
- e) Auditorias em instituições subsidiadas restringem-se à parte da gestão referente ao subsídio concedido, independentemente de seu valor.

14. (Cespe/TCE/PR/Auditor/2016) Relativamente às EFSs e às diretrizes para preceitos de auditoria definidas na Declaração de Lima, assinale a opção correta.

- a) O Poder Executivo deve estabelecer o grau necessário de independência de que deve gozar a EFS e garantir a proteção adequada contra qualquer interferência sobre a referida independência e(ou) o mandato de auditoria da EFS.
- b) As normas de auditoria, às quais as EFSs devem obediência, podem ser divididas em dois grandes grupos: as que contemplam os requisitos da auditoria do setor público no nível operacional e as normas que visam regulamentar a formatação dos trabalhos de auditoria.
- c) Qualquer que seja o normativo vigente e qualquer que seja a natureza das disposições adotadas, às EFSs cabe, fundamentalmente, fomentar e fazer respeitar a obrigação da prestação de contas no setor público.
- d) Segundo a Declaração de Lima, a EFS poderá atuar como um agente do parlamento, fazendo auditorias segundo as instruções dessa casa legislativa, em posição de entidade auxiliar ou consultora, mas, nesse caso, para assegurar sua independência e autonomia, as matérias de que ela tratar deverão ser submetidas ao seu pleno para decisão por escrutínio nominal.
- e) As EFSs devem cumprir as normas de auditoria da INTOSAI em todas as questões consideradas relevantes; como consequência, as normas de auditoria da INTOSAI, exceto qualquer outra norma de auditoria alheia à própria EFS, são de aplicação obrigatória para as EFSs, inclusive para o seu pessoal.

15. (Cespe/TCE/RN/Auditor/2015) O principal objetivo da Declaração de Lima é o de exigir uma auditoria governamental independente.

3. NORMAS DE AUDITORIA GOVERNAMENTAL

QUESTÕES DISCURSIVAS

2. (Cespe/TCE/ES/Auditor Substituto/2012) De acordo com as Normas de Auditoria Governamental (NAGs), o Tribunal de Contas deve, periodicamente, aprovar, com base em proposta de grupo de trabalho próprio, programa de garantia de qualidade a ser aplicado às auditorias concluídas, isto é, trabalhos cujos relatórios tenham sido julgados ou apreciados pelo tribunal de

contas, a fim de garantir o aprimoramento das novas auditorias em conformidade com a legislação, bem como com as políticas e normas do tribunal. Considerando que o texto acima tem caráter unicamente motivador, descreva as fases do programa de controle de qualidade dos trabalhos de auditoria governamental.

QUESTÕES OBJETIVAS

16. (FCC/TCE/RS/Auditor/2018) As Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASPs) do nível 1, emitidas pelo Instituto Rui Barbosa (IRB), têm como objetivo promover uma auditoria independente e eficaz e ainda apoiar os Tribunais de Contas brasileiros no desempenho de suas atribuições constitucionais e legais, em benefício da sociedade. (Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público: nível 1. Belo Horizonte: Instituto Rui Barbosa, 2015, p. 8) O documento mencionado, logo em seu início, estabelece princípios basilares para o funcionamento dos Tribunais de Contas brasileiros, dentre os quais:

- a) previsão legal de independência do quadro funcional dos Tribunais de Contas e acesso restrito a informações.
- b) discricionariedade no exercício das funções dos Tribunais de Contas e prevenção ao conflito de interesses.
- c) tolerância no caso de medidas que possam afetar a sua independência e utilização de mecanismos eficazes de monitoramento das deliberações.
- d) subordinação hierárquica ao Poder Legislativo e cooperação interinstitucional.
- e) prevenção ao conflito de interesses e liberdade para deixar de informar acerca de seu trabalho.

17. (FCC/TCE/RS/Auditor/2018) As Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público do nível 2 – Princípios Fundamentais de Auditoria do Setor Público correspondem às normas internacionais ISSAI 100 a ISSAI 400. Dentre os elementos de auditoria do setor público reconhecidos em tal documento, são consideradas envolvidas ao menos três partes distintas, quais sejam:

- a) o auditor, uma parte responsável e os usuários previstos.
- b) o Tribunal de Contas, o administrador e os administrados.
- c) o fato, o valor e a norma.
- d) o controle externo, o controle interno e o controle social.
- e) o Poder Executivo, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário.

18. (Vunesp/TCE/SP/Agente Fiscal/2017) A fim de garantir credibilidade às auditorias realizadas pelos Tribunais de Contas, Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP, nível 1) prevêm implementação de um sistema de controle de qualidade, que inclui controle e asseguarção da qualidade do processo de auditoria. Esse sistema de controle de qualidade

- a) compreende avaliação periódica, por amostragem dos processos de auditoria encerrados, realizada por equipe de supervisão que deve incluir auditores que participaram do processo de auditoria avaliado, como forma de aperfeiçoamento e aprendizado.
- b) limita-se aos elementos relevantes da auditoria avaliada, dentre os quais inserem-se as responsabilidades de supervisão e revisão na conferência dos achados, independentemente das conclusões do processo.
- c) objetiva garantir maior proteção contra riscos de qualidade no procedimento, risco de comprometimento da independência e da objetividade, considerando processos de auditoria ainda em curso.
- d) não pode ser considerado parte integrante do processo de auditoria, para não prejudicar a impessoalidade e eficácia do controle.

- e) deve ser, ele próprio, objeto de avaliação periódica independente, como garantia de aderência às técnicas e às normas profissionais.

19. (Cespe/TCE/PA/Auditor/2016) As normas de auditoria da INTOSAI têm caráter prescritivo, o que torna compulsória sua aplicação pelas entidades de fiscalização superiores.

20. (Cespe/TCE/PA/Auditor/2016) De acordo com o IIA, havendo inconsistências entre as normas internacionais e outras normas, os auditores internos e a atividade de auditoria devem sujeitar-se a essas outras normas, caso as internacionais sejam mais restritivas.

21. (Cespe/TCE/PR/Analista/2016) Com base nas normas de auditoria governamental relativas a planejamento e execução dos trabalhos, assinale a opção correta.

- Por motivos de economia e eficiência, a seleção do objeto de auditoria deve restringir-se aos critérios de relevância e materialidade.
- Concluída a auditoria, os correspondentes papéis de trabalho ficarão sob a guarda do sistema de controle interno da entidade auditada.
- Na hipótese de suspeita de irregularidades fora do escopo da auditoria em curso, o auditor deverá solicitar ao Tribunal de Contas a realização de uma nova auditoria para confirmar ou afastar essa suspeita.
- A previsão de auditorias deve ser independente e desvinculada de outras modalidades de fiscalização.
- Na auditoria de regularidade, deve-se verificar a conformidade de leis e regulamentos aplicáveis.

22. (FCC/TCE/AM/Auditor/2015) Para o exercício de 2015, o Tribunal de Contas do Estado planejou a realização de auditorias governamentais na Secretaria Estadual de Habitação e Saneamento. Segundo as Normas de Auditoria Governamental – NAGs Aplicáveis ao Controle Externo Brasileiro, ao efetuar as suas auditorias governamentais, o Tribunal de Contas tem, entre outros objetivos específicos:

- Avaliar o cumprimento das metas previstas na Lei Orçamentária Anual e dos limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101/2000.
- Avaliar o desempenho da gestão dos recursos públicos sob os aspectos de economicidade, eficiência e eficácia.
- Verificar se as demonstrações contábeis, demais relatórios financeiros e outros informes, representam uma visão fiel e justa das questões orçamentárias, financeiras, econômicas e patrimoniais.
- Verificar a destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Está correto o que se afirma apenas em

- II e IV.
- I, II e IV.
- II e III.
- I, III e IV.
- I e II.

23. (FCC/TCE/CE/Analista/2015) Segundo as Normas de Auditoria Governamental – NAGs Aplicáveis ao Controle Externo, os Tribunais de Contas realizarão auditoria governamental nos entes auditados, acompanhando as ações empreendidas por todos os responsáveis pela gestão de bens e recursos públicos. Assim, ao efetuar as suas auditorias governamentais, o Tribunal de Contas tem, entre outros, os seguintes objetivos específicos:

- Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do ente público.
- Avaliar o desempenho da gestão dos recursos públicos sob os aspectos de economicidade, eficiência e eficácia.
- Verificar se as demonstrações contábeis, demais relatórios financeiros e outros informes, representam uma visão fiel e justa das questões orçamentárias, financeiras, econômicas e patrimoniais.
- Recomendar, em decorrência de procedimentos de auditoria, quando necessário, ações de caráter gerencial visando à promoção da melhoria nas operações.

Está correto o que se afirma apenas em

- I, II e III.
- II, III e IV.
- I e IV.
- II e IV.
- I e III.

24. (FCC/TCM/GO/Auditor/2015) Segundo as Normas de Auditoria Governamental – NAG, aplicáveis ao controle externo, a fase do processo de auditoria governamental na qual as evidências são coletadas e examinadas, de modo a fundamentar os comentários e opiniões, e que envolve o exame de registros e documentos, a avaliação de processos e sistemas orçamentários, financeiros, patrimoniais e operacionais, com vistas a informar sobre a confiabilidade do Sistema de Controles Internos – SCI, a legalidade, legitimidade, impessoalidade, moralidade e publicidade dos atos, regularidade das contas, o desempenho da gestão e os resultados das políticas, programas e projetos públicos, corresponde à etapa de

- Estabelecimento do escopo.
- Planejamento.
- Acompanhamento das recomendações.
- Seleção da metodologia.
- Execução.

25. (FCC/TCE/CE/Analista/2015) O exame e a avaliação das contas governamentais, de acordo com as Normas de Auditoria Governamental – NAGs, estão relacionados a uma auditoria

- de gestão pública.
- financeira.
- orçamentária.
- patrimonial.
- de regularidade.

26. (FCC/TCE/CE/Analista/2015) Determinado servidor do Tribunal de Contas foi designado para realizar trabalhos de auditoria governamental em determinada entidade do setor público. Segundo as Normas de Auditoria Governamental – NAGs, a execução destes trabalhos não inclui

- a avaliação de controles, eventos, operações e transações.
- o exame de registro e documentos.
- a obtenção da opinião do ente auditado.
- a documentação das informações em meio eletrônico ou físico.
- a identificação dos responsáveis pelos prejuízos apurados, quando houver.

27. (FCC/TCM/GO/Auditor_Substituto/2015) Segundo as Normas de Auditoria Governamental (NAG) aplicáveis ao controle externo, o envolvimento dos profissionais de auditoria governamental mais experientes no direcionamento dos trabalhos, na motivação da equipe, no fornecimento das instruções adequadas aos profissionais menos experientes, de forma que o processo

de avaliação seja contínuo, que os problemas sejam detectados e analisados com antecedência, e a comunicação seja imediata, assegurando que os exames foram realizados em conformidade com as NAG, corresponde à etapa designada como

- supervisão e revisão.
- execução.
- planejamento.
- comunicação dos resultados e relatório.
- controle de qualidade.

28. (FCC/TCE/AM/Auditor/2015) O Tribunal de Contas, no mês de junho de 2015, realizou auditoria na Secretaria Estadual da Saúde, objetivando examinar a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão do responsável pela secretaria, quanto aos aspectos contábil, financeiro, orçamentário e patrimonial. Segundo as Normas de Auditoria do Tribunal de Contas da União – NAT, quanto à natureza, esta auditoria é classificada de auditoria

- de acompanhamento de gestão.
- integral.
- operacional.
- de regularidade.
- de avaliação de gestão.

29. (FCC/TCE/CE/Auditor_Substituto/2015) Sobre as Normas de Auditoria do Tribunal de Contas da União, considere:

- Os auditores têm a obrigação de atuar sempre de maneira profissional e de manter altos níveis de profissionalismo na realização de seu trabalho e não devem realizar trabalhos para os quais não possuam a competência profissional necessária.
- O auditor deverá declarar impedimento ou suspeição nas situações que possam afetar, ou parecer afetar, o desempenho de suas atribuições com independência e imparcialidade.
- Os auditores não devem revelar a terceiros dados e informações obtidos no processo de auditoria, seja oralmente ou por escrito, exceto para cumprir as responsabilidades legais ou de outra natureza que correspondam a atribuições legais do Tribunal.
- Todo o trabalho de auditoria deve ser revisado pelo coordenador da equipe de auditoria, que possua perfil e competência profissional adequados ao trabalho, somente após todas as partes da auditoria estiverem concluídas e antes de o relatório ser emitido.

Está correto o que se afirma em

- II e III, apenas.
- I, II e III, apenas.
- I, II e IV, apenas.
- II, III e IV, apenas.
- I, II, III e IV.

30. (FCC/TCM/GO/Auditor/2015) As Normas de Auditoria, NAT do TCU apresentam recomendações referentes aos relatórios de auditoria. “Apresentar, entre outras, toda a informação e todos os elementos necessários para satisfazer os objetivos da auditoria, permitir a correta compreensão dos fatos e situações relatadas, prover os usuários do relatório com uma compreensão suficientemente íntegra. As relações entre objetivos, critérios, achados e conclusões precisam ser expressas de forma clara e íntegra, permitindo sua verificação” é a característica de

- tempestividade.
- completude.
- clareza.
- convicção.
- objetividade.

31. (FCC/TCE/CE/Analista/2015) Determinado Tribunal de Contas pretende realizar auditoria em um hospital público estadual, com o objetivo de verificar a regularidade das compras de medicamentos. Segundo as Normas de Auditoria – NAT, um dos modos mais efetivos para assegurar que um relatório seja imparcial, objetivo e completo é

- submeter os achados de auditoria, preliminarmente à emissão do relatório, ao responsável pelo controle interno da entidade auditada, para que efetue as devidas correções.
- encaminhar cópia do relatório preliminar aos responsáveis pelas impropriedades e infringências detectadas na auditoria para que apresentem defesa.
- submeter o relatório preliminar para obtenção de comentários por parte dos dirigentes da entidade auditada.
- contratar especialistas no objeto a ser auditado e elaborar o relatório após dar ciência dos resultados alcançados aos dirigentes da entidade auditada.
- emitir o relatório de auditoria após a análise da defesa apresentada por parte dos dirigentes da entidade auditada.

32. (FCC/TCE/CE/Analista/2015) Os elementos de convicção dos trabalhos efetuados pelo profissional de auditoria governamental, devidamente documentados, e que devem ser adequados, relevantes e razoáveis para fundamentar a opinião e as conclusões, segundo as Normas de Auditoria – aplicáveis ao controle externo, são denominados de

- relatórios de auditoria.
- achados de auditoria.
- procedimentos de auditoria.
- evidências de auditoria.
- certificados de auditoria.

4. NORMAS DE CONDUTA

QUESTÕES OBJETIVAS

33. (Cespe/TCE/PR/Analista/2016) Com relação ao exercício profissional de auditoria, assinale a opção correta de acordo com o IIA.

- As avaliações externas de qualidade dos trabalhos da auditoria terão de ser realizadas a cada dois anos, por auditores qualificados e independentes.
- Não há impedimento a que auditor interno preste serviços de consultoria relacionados a operações pelas quais tenha sido responsável anteriormente. Nesse caso, ele próprio deverá avaliar tais operações.
- Ao realizar trabalho de consultoria, o auditor interno deve ater-se aos seguintes pontos chave: necessidades e expectativas do cliente; complexidade e extensão requeridas para sua execução.
- A independência da auditoria interna não deve ser prejudicada pelo fato de ela estar integrada à estrutura do órgão auditado: a influência do auditado implicaria prejuízo ao propósito das avaliações.
- As avaliações internas de qualidade dos trabalhos da auditoria incluem os seguintes tipos de revisão: contínuas, preventivas e periódicas.

34. (Cespe/TCE/PR/Analista/2016) No que tange ao exercício profissional da auditoria, de acordo com a INTOSAI, assinale a opção correta.

- São três as exigências éticas para o exercício profissional do auditor: integridade; independência e objetividade; e publicidade.

- b) O parecer pleno será emitido pelo auditor mesmo quando houver incertezas relacionadas às demonstrações contábeis.
- c) O auditor deverá emitir o parecer adverso quando restrições à execução de sua atividade o impedirem de obter evidências suficientes acerca da veracidade das demonstrações contábeis.
- d) A integridade constitui um dos princípios de conduta do profissional de auditoria: ele deve valer-se de honradez e imparcialidade na execução de seu trabalho.
- e) O auditor, a fim de chamar a atenção do leitor para determinados pontos importantes de seu relatório de auditoria, vale-se do denominado parágrafo de epíteto.

35. (Cespe/TCE/PA/Auditor/2016) De acordo com a INTOSAI, ceticismo profissional é uma atitude de descrença e contestação que deve ser mantida, durante toda a auditoria, na avaliação da suficiência e da idoneidade da evidência obtida.

36. (Cespe/TCE/PA/Auditor/2016) Os auditores do setor público podem assessorar ou prestar serviços distintos de auditoria a uma entidade auditada, mas, em todos os casos, estão impedidos de assumir responsabilidade na gestão dos negócios, que é de competência dos dirigentes da entidade.

37. (FCC/TCM/GO/Auditor/2015) Na condução de auditorias, devem ser observados os princípios éticos estruturais do código de Ética do International Organization of Supreme Audit Institutions – INTOSAI, recomendado às Entidades Fiscalizadoras Superiores – EFS, tais como os princípios de integridade, da independência, do conflito de interesse, da objetividade, da imparcialidade, da aparência, da neutralidade política, da confidencialidade e do profissionalismo. O princípio ético que requer que o auditor observe a forma e a finalidade dos padrões de auditoria e de ética, considere os princípios de independência e objetividade, seja absolutamente honesto na realização de seu trabalho e na utilização dos recursos da EFS, mantenha impecáveis padrões de conduta profissional e tome decisões de acordo com o interesse público, é o princípio

- a) da neutralidade política.
- b) da objetividade.
- c) da aparência.
- d) do conflito de interesse.
- e) de integridade.

38. (Cespe/TCU/Auditor/2015) O auditor deve declarar seu impedimento e suspeição em toda situação em que haja risco de que sua independência e sua imparcialidade sejam influenciadas quando do desempenho de suas funções, ainda que a influência não ocorra de fato.

39. (Cespe/TCU/Auditor/2015) Exige-se que os auditores internos detenham os conhecimentos especializados necessários para detectar e investigar as fraudes na entidade examinada.

5. PAPÉIS DE TRABALHO

QUESTÕES DISCURSIVAS

3. (Cespe/TC/DF/Auditor/2021) Durante a execução de auditoria governamental, há, entre outros aspectos, a produção de dois documentos importantes: a Matriz de Achados e a Matriz de Responsabilização. Acerca desses documentos, responda aos seguintes questionamentos: (1) Qual é a conceituação da Matriz de Achados e da Matriz de Responsabilização? (2) Quais as utilidades para o auditor governamental da Matriz de Achados e da Matriz

de Responsabilização? (3) Quais campos de informação devem compor a Matriz de Achados e a Matriz de Responsabilização? Durante a execução de auditoria governamental, há, entre outros aspectos, a produção de dois documentos importantes: a Matriz de Achados e a Matriz de Responsabilização. Acerca desses documentos, responda aos seguintes questionamentos. (1) Qual é a conceituação da Matriz de Achados e da Matriz de Responsabilização? (2) Quais as utilidades para o auditor governamental da Matriz de Achados e da Matriz de Responsabilização? (3) Quais campos de informação devem compor a Matriz de Achados e a Matriz de Responsabilização?

QUESTÕES OBJETIVAS

40. (Cespe/TCE/DF/Auditor/2021) Carlos, chefe de auditoria interna de órgão público, visando ao saneamento documental, excluiu da documentação de auditoria versões superadas de papéis de trabalho e demonstrações contábeis. Nessa situação, o servidor agiu acertadamente.

41. (Cespe/TCE/SC/Auditor/2016) Como regra geral, os papéis de trabalho são de propriedade exclusiva do auditor. A seu critério, partes ou excertos desses papéis podem ser postos à disposição do auditado, que deve autorizar formalmente, salvo em situações legais específicas, a sua entrega a terceiros.

42. (Cespe/TCE/SC/Auditor/2016) Os lançamentos propostos pelo auditor devem constar de seus papéis de trabalho, de modo que, por exemplo, se o auditado efetuar pagamentos antecipados a fornecedores, debitando fornecedores, o auditor deverá propor um lançamento de ajuste, a débito de fornecedores e a crédito de adiantamentos a fornecedores, para efeito de apresentação apropriada das demonstrações contábeis.

43. (FCC/TCE/CE/Analista/2015) Nas auditorias realizadas sobre processo de prestação de contas anual, no âmbito do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, o documento que consignará qualquer irregularidade ou ilegalidade constatada, indicando as medidas adotadas para corrigir as falhas identificadas, bem como avaliará a eficiência e a eficácia da gestão, inclusive quanto à economia na utilização dos recursos públicos, submetendo os autos à autoridade ministerial para pronunciamento e posterior remessa ao Tribunal de Contas da União, é denominado de

- a) parecer do dirigente do órgão de controle interno.
- b) papéis de trabalho de auditoria de gestão.
- c) relatório anual de contas do órgão de controle interno.
- d) parecer dos auditores do órgão de controle interno.
- e) registro de constatações de auditoria de gestão.

44. (Cespe/TCU/Auditor/2015) O TCU estabelece padrões rígidos quanto à forma e ao conteúdo dos papéis de trabalho da auditoria, devendo esses padrões ser adotados na confecção dos referidos papéis em cada auditoria.

6. PLANEJAMENTO DA AUDITORIA

QUESTÕES OBJETIVAS

45. (Cespe/TCE/DF/Auditor/2021) Pedro, auditor governamental, ao elaborar a Matriz de Planejamento, debruçou-se sobre algumas características dos critérios de auditoria: atingíveis, factíveis, sob pena de se tornarem inócuos e não se prestarem aos fins do seu trabalho. Nessa situação, as características dos critérios em que o servidor trabalhava eram as de utilidade.